



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AGENTE DA FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia trecho da canção de Gilberto Gil, *Andar com Fé*, para responder às questões de números **01** a **03**.

Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá

Certo ou errado até
A fé vai onde quer que eu vá
Ô-ô
A pé ou de avião
Mesmo a quem não tem fé
A fé costuma acompanhar
Ô-ô
Pelo sim, pelo não

(http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_2017.php)

01. Assinale a alternativa cuja frase, redigida com base nos versos “Mesmo a quem não tem fé / A fé costuma acompanhar”, está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Se tem pessoas sem fé, mesmo assim esta costuma acompanhar elas.
- (B) Podem haver pessoas sem fé, e mesmo assim a fé costuma acompanhar-lhes.
- (C) Se têm pessoas sem fé, esta, mesmo assim, tem acompanhado-as.
- (D) Mesmo as pessoas que não têm fé costuma ter esta acompanhando-lhes.
- (E) Há pessoas que não têm fé; mesmo assim, a fé costuma acompanhá-las.

02. Assinale a alternativa em que se apresentam, respectivamente, os sentidos dos termos destacados em “**Mesmo** a quem não tem fé” e “**Que** a fé não costuma faiá”, acompanhados de seus equivalentes entre parênteses.

- (A) inclusão (Até) e explicação (Pois).
- (B) afirmação (Realmente) e conclusão (Portanto).
- (C) oposição (Mas) e restrição (Cuja).
- (D) conclusão (Assim) e oposição (Mas).
- (E) condição (Se) e consequência (Tanto que).

03. Leia a tira.



(CJ. Politicopatas. Folha de S.Paulo, 15.10.2017)

A leitura comparativa entre a tira e a canção de Gilberto Gil permite concluir que os dois textos

- (A) apresentam o mesmo sentido em relação à fé: embora pareça que seja infalível, na verdade, ela não livra ninguém dos problemas.
- (B) mostram a fé como forma infalível de superar situações adversas e difíceis da vida, até mesmo para quem não a tem.
- (C) convergem quanto à fé no sentido de que ela seguramente resolve os problemas da vida de quem crê ou não.
- (D) mostram diferentes percepções quanto à fé: a canção diz que ela ajuda até quem não a tem, ao contrário da tira, que a questiona.
- (E) trazem percepções antagônicas da fé, ficando claro, na tira, que a crença destrói as situações de má sorte.

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

A eletricidade produzida a partir da luz do sol, ou energia fotovoltaica, aparece como a grande estrela do relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”, da Agência Internacional de Energia (AIE). E a maior responsável por isso, mais uma vez, é a China.

A geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis, alcançando quase a metade (45%) dos 165 gigawatts de capacidade adicionada em 2016, excluindo fontes de origem fóssil (carvão, petróleo e gás natural) e nuclear.

O Brasil instalou 7,8 GW de renováveis no ano passado – de um total de 9,5 GW no país –, repartidos entre usinas hidrelétricas (5,2 GW) e eólicas (2,6 GW). Mantém uma das matrizes de geração mais limpas, mas contribui com menos de 5% do crescimento verde mundial.

Já a China responde por 40% da capacidade renovável adicionada em 2016, e a maior parte disso provém da energia solar. O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão, grave problema de saúde pública e inquietação social.

Sob esse estímulo, o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos.

Salta aos olhos a irrelevância do Brasil no que respeita à energia solar fotovoltaica. Algumas grandes centrais começam a ser instaladas, mas o investimento nacional na mais dinâmica fonte alternativa é desprezível, em termos mundiais.

O país só se destaca, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis para o setor de transporte. Embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos, o estudo ressalta que os biocombustíveis – como etanol e biodiesel – permanecerão como opções mais viáveis.

Sim, o Brasil conta com a matriz elétrica mais limpa entre nações de grande porte e liderança incontestante em álcool combustível. O futuro, no entanto, é solar.

(Editorial. Império do sol. *Folha de S.Paulo*, 10.10.2017. Adaptado)

04. De acordo com o texto, o papel do Brasil no cenário mundial da energia solar fotovoltaica é

- (A) bastante destacado, uma vez que o país tem perseguido índices de investimento apenas superados por nações desenvolvidas que são referência na área.
- (B) justamente reconhecido, porque o país possui uma das matrizes de geração de energias mais limpas e se destacou, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis.
- (C) pouco importante, apesar de o país ter um investimento na área que o coloca em situação vantajosa quando comparado aos demais países.
- (D) insignificante, com baixos investimentos nessa fonte energética do futuro, por ainda privilegiar outras matrizes de geração de energia limpa.
- (E) inexpressivo, acompanhado pela questionável matriz energética do país, que insiste em investir em álcool combustível, que não corresponde às demandas do futuro.

05. Observe as duas passagens do texto:

- O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão... (4º parágrafo)
- Sob esse estímulo, o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos. (5º parágrafo)

Analisando-se as informações, conclui-se que as do 5º parágrafo representam

- (A) ressalva com dados que desqualificam o fato mencionado no parágrafo anterior, o qual sugere que as termelétricas poluem o ar.
- (B) consequência do que se apresenta no parágrafo anterior, que define as termelétricas a carvão como uma das causas da poluição do ar.
- (C) oposição ao contido no parágrafo anterior, que afirma serem as termelétricas a carvão a causa exclusiva da poluição do ar.
- (D) hipótese para superar a situação apresentada no parágrafo anterior, que afirma ser possível a poluição do ar a partir das termelétricas.
- (E) comparação entre os fatos mencionados no parágrafo anterior, que aponta a problemática da poluição do ar.

06. Nas passagens “aparece como a grande **estrela** do relatório” (1º parágrafo), “Já a China **responde por** 40% da capacidade renovável” (4º parágrafo) e “na tentativa de **minorar** a poluição do ar” (4º parágrafo), os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) influência; retribui; incentivar.
- (B) figura; equivale a; amenizar.
- (C) destaque; é responsável por; diminuir.
- (D) insígnia; é produtora de; relativizar.
- (E) atração; corresponde a; extinguir.

07. Assinale a alternativa em que a vírgula está empregada de acordo com a norma-padrão.

- (A) Mais uma vez a China foi, a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.
- (B) Mais uma vez, a China, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.
- (C) A China mais uma vez foi a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.
- (D) A China, foi a responsável, mais uma vez, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.
- (E) A China, mais uma vez, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.

08. Considerando o texto em sua totalidade, assinale a alternativa que interpreta o último parágrafo adequadamente e está em conformidade com a norma-padrão de regência.

- (A) O papel duvidoso do Brasil em produção de álcool combustível faz com que o país prefira investir, no futuro, em energia solar fotovoltaica do que em biocombustíveis.
- (B) Todos concordam da liderança do Brasil na produção de álcool combustível, mas o país, no futuro, quer estar apto em produzir energia solar fotovoltaica.
- (C) Apesar de o Brasil ser líder em álcool combustível, não se tem certeza que poderá destacar-se no futuro, que é solar, na geração de energia solar fotovoltaica.
- (D) O Brasil é líder incontestemente em álcool combustível, mas, como o futuro é solar, o país tem de aspirar ao papel de grande gerador de energia solar fotovoltaica.
- (E) O Brasil chegou na liderança de álcool combustível e, por isso, anseia para o futuro o posto de maior gerador mundial de energia solar fotovoltaica.

09. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão.

- (A) 40% da capacidade renovável em 2016 está com a China, e os maiores índices provêm da energia solar.
- (B) Existirá demandas para o etanol e o biodiesel, embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos.
- (C) Como mostra os dados, a China e o Brasil, quanto aos investimentos em energia solar, possui distintos perfis de investimento.
- (D) O potencial das usinas hidrelétricas e eólicas mostram o Brasil com uma das matrizes de geração mais limpas.
- (E) Notam-se que, no Brasil, no que respeita à energia solar fotovoltaica, algumas centrais de grande pujança começa a se instalar.

10. _____ que a geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis. Embora _____ muito nesse tipo de energia, não _____ que todos os países têm a mesma preocupação com a questão.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Se vê ... se tenha investido ... pode-se dizer
- (B) Vê-se ... tenha investido-se ... se pode dizer
- (C) Vê-se ... se tenha investido ... se pode dizer
- (D) Se vê ... tenha-se investido ... pode-se dizer
- (E) Vê-se ... tenha investido-se ... pode dizer-se

11. Leia a charge.



(Duke. Em: <http://www.otempo.com.br>)

No plano da linguagem verbal, o efeito de humor da charge decorre

- (A) da imprecisão do diálogo das personagens, razão pela qual não se entende o sentido de “raso”.
- (B) da aproximação de sentido presente nas falas das personagens, com os termos “chato”, “plana” e “raso”.
- (C) da forma respeitosa como as personagens se tratam, o que se comprova com o adjetivo “raso”.
- (D) do contraste de sentido na fala das personagens, nas quais os adjetivos “chato” e “plana” se opõem.
- (E) da fala confusa da personagem, quando utiliza o adjetivo “plana” para referir-se à Terra.

Leia o texto para responder às questões de números 12 e 13.

Sempre se imaginou que o uso exagerado de *smartphones* e *tablets*, com o corpo curvado e a atenção sugada pela tela, pudesse fazer _____ para o corpo. Estudos recentes constataam: faz sim. Uma das pesquisas revela um malefício surpreendente: o _____ eletrônico acelera o surgimento de rugas no pescoço. Criou-se até um termo, *tech neck* (*neck* é pescoço, em inglês), para designar os _____ que resultam da postura equivocada. Um trabalho coordenado pela Universidade Chung-Ang, da Coreia do Sul, mostrou que mulheres a partir dos 29 anos apresentaram vincos na região do pescoço – enquanto o natural seria depois do 40. O ponto em comum entre as pessoas investigadas: o _____ uso dos eletrônicos.

(Tais Botelho. Erga a cabeça! Veja, 16.08.2017. Adaptado)

12. De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) mau ... vício ... prejuízos ... mal
- (B) mal ... vício ... prejuízos ... mal
- (C) mau ... vício ... prejuízos ... mau
- (D) mau ... vício ... prejuízos ... mal
- (E) mal ... vício ... prejuízos ... mau

13. Assinale a alternativa em que a preposição em destaque forma expressão cujo sentido é de modo.

- (A) ... **com** o corpo curvado e a atenção sugada pela tela...
- (B) O ponto em comum **entre** as pessoas investigadas...
- (C) ... apresentaram vincos **na** região do pescoço...
- (D) ... que resultam **da** postura equivocada.
- (E) Um trabalho coordenado **pela** Universidade Chung-Ang...

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 19.

A vontade do falecido

Alguns dias depois, deu-se o evento. Seu Irineu pisou no prego e esvaziou. Apanhou um resfriado, do resfriado passou à pneumonia, da pneumonia passou ao estado de coma e do estado de coma não passou mais. Levou pau e foi reprovado. Um médico do SAMDU*, muito a contragosto, compareceu ao local e deu o atestado de óbito.

Tudo que era parente com razoáveis esperanças de herança foi velar o morto.

Tomou-se conhecimento de uma carta que estava cuidadosamente colocada dentro do cofre, sobre o dinheiro deixado por seu Irineu. E na carta o velho dizia: “Quero ser enterrado junto com a quantia existente nesse cofre, que é tudo o que eu possuo e que foi ganho com o suor do meu rosto, sem a ajuda de parente vagabundo nenhum”. E, por baixo, a assinatura com firma reconhecida para não haver dúvida: Irineu de Carvalho Pinto Boaventura.

Para quê! Nunca se chorou tanto num velório, sem se ligar pro morto. A parentada chorava às pampas, mas não apareceu ninguém com peito para desrespeitar a vontade do falecido.

Foi quase na hora do corpo sair. Desde o momento em que se tomou conhecimento do que a carta dizia, que Altamirando imaginava um jeito de passar o morto para trás. Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali pro velho gastar com minhoca. Pensou, pensou e, na hora que iam fechar o caixão, ele deu o grito de “pera aí”. Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão, fez um cheque da mesma importância, jogou lá dentro e disse “fecha”.

– Se ele precisar, mais tarde desconta o cheque no Banco.

* SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, já extinto.

(Stanislaw Ponte Preta. *Dois amigos e um chato*, 1986. Adaptado)

14. O texto relata a situação ocorrida no velório do velho Irineu, enfatizando que

- (A) cabia a Altamirando resgatar o dinheiro do morto para dividir com os familiares, considerando que o sentimento de perda deles era genuíno.
- (B) acontecia com o morto aquilo que ele desejava em vida, a saber, ser enterrado com algum dinheiro e poder ajudar os familiares necessitados.
- (C) era provável que algum parente do morto ousasse desobedecer ao seu desejo, porém foi Altamirando que o fez, magoado por ser chamado de vagabundo.
- (D) havia, por parte dos parentes, mais interesse econômico do que afetivo, o que se confirma na passagem final, com a atitude de Altamirando.
- (E) ocorria uma forte compaixão da família pelo morto, o que muitos relacionaram ao fato de haver uma grande quantia em dinheiro no cofre.

15. Nas passagens “Um médico do SAMDU, muito **a contragosto**, compareceu ao local...” (1º parágrafo) e “A parentada chorava **às pampas**...” (4º parágrafo), as expressões em destaque opõem-se, quanto ao sentido, respectivamente, a:

- (A) com esmero; intensamente.
- (B) com alegria; metodicamente.
- (C) com satisfação; comedidamente.
- (D) com ojeriza; placidamente.
- (E) com desdém; ocasionalmente.

16. Assinale a alternativa em que os termos estão empregados em sentido próprio.

- (A) ... pro velho gastar com minhoca.
- (B) Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão...
- (C) Seu Irineu pisou no prego e esvaziou.
- (D) ... um jeito de passar o morto para trás.
- (E) Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali...

17. Assinale a alternativa em que, se o termo em destaque for flexionado no plural, o verbo da oração também deverá ir para o plural.

- (A) Tomou-se conhecimento de uma **carta**...
- (B) ... para não haver **dúvida**...
- (C) Apanhou um **resfriado**...
- (D) ... e deu o **atestado** de óbito.
- (E) Alguns dias depois, deu-se o **evento**.

18. Assinale a alternativa em que, na expressão destacada, o termo “o” está empregado como pronome demonstrativo.

- (A) Apanhou um resfriado, **do** resfriado passou à pneumonia...
- (B) ... em que se tomou conhecimento **do** que a carta dizia...
- (C) ... uma carta [...] cuidadosamente colocada dentro **do** cofre...
- (D) ... para desrespeitar a vontade **do** falecido.
- (E) ... e que foi ganho com o suor **do** meu rosto.

19. No enunciado do 4º parágrafo “Para quê! Nunca se chorou tanto num velório, sem se ligar pro morto. A **parentada** chorava às pampas, **mas** não apareceu ninguém com peito para desrespeitar a vontade do falecido.”, as expressões destacadas reportam, correta e respectivamente, aos sentidos de

- (A) coletivo e oposição.
- (B) grupo seletivo e conclusão.
- (C) dispersão e consequência.
- (D) conjunto e adição.
- (E) restrição e comparação.

20. Leia a tira.



(Laerte. Piratas do Tietê. Folha de S.Paulo, 12.10.2017)

As frases do primeiro e do último quadrinho estão reescritas em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) Nós vamos ficando cansada, por que a idade chega. / De fazer planos que nos vamos cansando.
- (B) Haja visto a idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos se cansando é de fazer planos.
- (C) Nós vamos ficando cansadas, porquê a idade chega. / É de fazer planos que vamos se cansando.
- (D) Nós vamos ficando cansadas porque a idade chega. / Nós vamos nos cansando de fazer planos.
- (E) Haja vista o avanço da idade, nós vamos ficando cansada. / Nós vamos se cansando de fazer planos.

21. Considere a sequência de números naturais 0, 5, 10, 10, 15, 90, 20, 25, 80, 30, ..., 10. A diferença entre os números que ocupam as 26^a e 22^a posições é um número que ocupa, nessa sequência, a posição
- (A) 8^a.
 - (B) 9^a.
 - (C) 7^a.
 - (D) 6^a.
 - (E) 5^a.
22. Josué fez uma viagem em 3 horas e 20 minutos, e a cada hora percorria 45 km. Voltou, pelo mesmo percurso, com velocidade constante e gastando 20% a menos do tempo da viagem de ida. Na volta, a cada hora, Josué percorria
- (A) 52,75 km.
 - (B) 56,25 km.
 - (C) 60,50 km.
 - (D) 58,00 km.
 - (E) 54,00 km.
23. Considerando os conjuntos A, B e C e suas intersecções, não existem elementos na intersecção dos 3 conjuntos. O número de elementos dos conjuntos A, B e C são respectivamente 35, 32 e 33. O total de elementos que pertencem a apenas um desses conjuntos é igual a 46. O número total de elementos desses 3 conjuntos é
- (A) 54.
 - (B) 87.
 - (C) 73.
 - (D) 59.
 - (E) 64.

24. Gabriel está no ponto A, e Felipe, no ponto B. Eles iniciam simultaneamente uma caminhada, e pelo mesmo percurso; Gabriel no sentido de A até B, e Felipe no sentido de B até A. Numa primeira etapa, Gabriel percorreu $\frac{1}{5}$ da distância entre A e B, e Felipe percorreu $\frac{1}{6}$ dessa mesma distância. Na segunda etapa, Gabriel percorreu o equivalente à quarta parte do que faltava a Felipe percorrer ao final da primeira etapa, e Felipe percorreu o equivalente à terça parte do que faltava a Gabriel percorrer ao final da primeira etapa. Sabe-se que, após a segunda etapa, a distância que os separa é de 6,65 km. Nessas condições, é correto afirmar que a distância total que separa os pontos A e B é, em quilômetros, igual a
- (A) 40.
(B) 44.
(C) 43.
(D) 41.
(E) 42.
25. O aumento na produção da empresa A, em 2015, foi de 20% em relação ao ano anterior, e, em 2016, foi de 30% em relação ao ano anterior. O aumento na produção da empresa B, em 2015, foi de 28% em relação ao ano anterior. Para que o aumento na produção da empresa B superasse em 4 pontos percentuais o aumento obtido pela empresa A, nesses dois anos, ao final de 2016, essa empresa B deveria apresentar, em relação ao ano anterior, um aumento de
- (A) 25%.
(B) 27%.
(C) 22%.
(D) 21%.
(E) 24%.
26. Considere verdadeiras as afirmações I, II, III, e falsa a afirmação IV.
- I. Se acordo, então abro os olhos.
II. Se me levanto, então caminho.
III. Se não caminho, então fico em casa.
IV. Abro os olhos ou caminho.
- A partir dessas afirmações, é verdade que
- (A) acordo e não me levanto.
(B) não fico em casa ou me levanto.
(C) acordo ou fico em casa.
(D) não caminho e abro os olhos.
(E) não abro os olhos e acordo.

27. Hoje a razão entre a minha idade e a idade do meu filho é $\frac{3}{2}$, e a soma de nossas idades é 120 anos. Já aconteceu de essa razão ser igual a 3, e, nessa ocasião, a idade de meu filho, em anos, era igual a
- (A) 8.
(B) 14.
(C) 16.
(D) 12.
(E) 10.
28. Considere verdadeiras as afirmações:
- Todos os administradores são especialistas em informática.
 - Alguns especialistas em informática são atores.
 - Samuel é administrador.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) Samuel é administrador e ator.
(B) Samuel não é especialista em informática.
(C) Os atores que são especialistas em informática são administradores.
(D) Samuel é ator, mas não é especialista em informática.
(E) Samuel não é ator ou é especialista em informática.
29. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação “Pedro distribuiu amor e Pedro colheu felicidade” é:
- (A) Se Pedro colheu felicidade, então Pedro distribuiu amor.
(B) Pedro não distribuiu amor ou Pedro não colheu felicidade.
(C) Pedro não distribuiu ódio e Pedro não colheu infelicidade.
(D) Pedro não distribuiu amor e Pedro não colheu felicidade.
(E) Pedro distribuiu ódio e Pedro colheu infelicidade.
30. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação equivalente à afirmação “Se comprei e paguei, então levei”.
- (A) Se não comprei e paguei, então não levei.
(B) Se levei, então comprei e paguei.
(C) Se comprei ou paguei, então não levei.
(D) Se comprei e não paguei, então não levei.
(E) Se não levei, então não paguei ou não comprei.

31. A Lixeira do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, possui propriedades, sendo que algumas delas podem ser alteradas pelo usuário. Analise a tabela a seguir, com algumas possíveis propriedades associadas à Lixeira.

1	Tamanho máximo.
2	Esvaziar automaticamente a Lixeira a cada desligamento.
3	Não mover arquivos excluídos para a Lixeira.
4	Compactar arquivos da Lixeira quando ela estiver completamente cheia.
5	Exibir caixa de diálogo de confirmação de exclusão.

Caso o usuário selecione a Lixeira e clique com o botão direito do *mouse* sobre ela, selecionando Propriedades na lista de opções que surge na tela, ele poderá alterar, na janela de configurações que surge em seguida, as propriedades

- (A) 1, 3 e 5, apenas.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 2, 4 e 5, apenas.
- (D) 1 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3, 4 e 5.

32. No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, três usuários selecionaram, em instantes diferentes, o arquivo **Teste.txt** armazenado em uma pasta, e cada um executou a seguinte sequência de comandos:

Usuário 1: CTRL + C, CTRL + V

Usuário 2: CTRL + X, CTRL + V

Usuário 3: CTRL + C, CTRL + V, CTRL + Z

Sobre essas ações, é correto afirmar que para o Usuário

- (A) 3 surgiu uma caixa de diálogo com a mensagem contendo "Os nomes de arquivos de origem e de destino são iguais." e o botão "Cancelar".
- (B) 2 foi gerado o arquivo **Teste -Copia.txt** no mesmo diretório.
- (C) 1 surgiu uma caixa de diálogo com a mensagem contendo "Os nomes de arquivos de origem e de destino são iguais." e os botões "Ignorar" e "Cancelar".
- (D) 3 foi gerado o arquivo **Teste -Copia.txt** no mesmo diretório, e, em seguida, essa cópia foi desfeita.
- (E) 1 foi gerado o arquivo **Teste (1).txt** no mesmo diretório.

33. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão em português, o recurso Pincel de Formatação permite, por exemplo, aplicar a aparência de um parágrafo selecionado a outro parágrafo. Para isso, devem-se seguir os passos abaixo:

- (1) Selecionar o parágrafo que possui a formatação desejada;
- (2) Clicar em Pincel de Formatação;
- (3) Selecionar o novo parágrafo. Feito isso, o novo parágrafo irá receber automaticamente a formatação do parágrafo selecionado no passo (1).

Para que a formatação do parágrafo do passo (1), que possui a formatação desejada, possa ser aplicada a diversos outros parágrafos, clicando-se sucessivamente nesses outros parágrafos, sem a necessidade de se repetir a cada vez os passos (1) e (2), deve-se, no passo (2), clicar em Pincel de Formatação

- (A) com a tecla Alt pressionada.
- (B) duas vezes (duplo clique).
- (C) e, a seguir, na tecla 2 numérica do teclado.
- (D) com a tecla Shift pressionada.
- (E) com a tecla Ctrl pressionada.

34. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão em português, é possível inserir diversos tipos de quebras no texto. Por meio do botão Quebras, da guia Layout da Página, dois tipos de Quebras de Seção existentes são:

- (A) Próxima Coluna e Próxima Página.
- (B) Próxima Coluna e Próxima Tabela.
- (C) Próxima Página e Contínuo.
- (D) Próxima Tabela e Próxima Página.
- (E) Próxima Página e Próxima Tabela.

35. No MS-Excel 2010 em português, na sua configuração padrão, foi digitada a seguinte tabela em uma planilha.

	A	B	C
1	cachorro	10	5
2	gato	8	6
3	rato	20	0
4	cobra	1	

Caso seja inserida a fórmula

=CONT.NÚM(A1:C4)

na célula **C6** dessa planilha, o resultado que aparecerá nessa mesma célula é:

- (A) 7
- (B) 6
- (C) 4
- (D) 11
- (E) 8

36. Analise a tabela a seguir, digitada em uma planilha do MS-Excel 2010, em português, na sua configuração padrão.

	A	B
1	9	8
2	7	7
3	4	2
4	1	1

Caso a fórmula

=SE(E(A1>B1;A2=B2;A3<B3;A4<>B4);

MÁXIMO(A2:B3);MÍNIMO(A2:B4))

seja digitada na célula **C6** dessa planilha, o resultado nela apresentado será:

- (A) 7
- (B) 8
- (C) 9
- (D) 2
- (E) 1
37. Um usuário da Internet deseja enviar várias fotos em formato JPG, que totalizam 30 MBytes de dados, pelo serviço de correio eletrônico (*e-mail*). Sabendo-se que a quantidade de dados pode ser uma limitação para o envio e a recepção do *e-mail*, a alternativa mais adequada para o envio das fotos com a qualidade da imagem original é
- (A) juntar as fotos em um arquivo único e anexar à mensagem, pois essa ação reduz o tamanho do arquivo em cerca de 20%.
- (B) armazenar as fotos em um repositório na Internet e enviar o *hyperlink* de acesso aos arquivos de fotos por *e-mail*.
- (C) inserir as fotos juntamente ao texto da mensagem, uma vez que essa ação automaticamente reduz o tamanho das fotos.
- (D) converter os arquivos de fotos individualmente em formato PDF e inserir os arquivos juntamente ao texto da mensagem.
- (E) converter os arquivos de fotos em formato PDF, em um único arquivo, e anexar à mensagem.

38. Os principais navegadores, como o Google Chrome, o Microsoft Edge e o Mozilla Firefox, apresentam o ícone de uma estrela ☆ próximo à extremidade direita da barra de pesquisa. Este ícone

- (A) indica que o *site* está entre os 10 mais acessados.
- (B) indica que o *site* é seguro.
- (C) é utilizado para adicionar o *site* aos favoritos.
- (D) indica que o acesso ao *site* é realizado de forma segura em https.
- (E) é utilizado para mostrar o histórico dos *sites* visitados.

39. Utilizando um navegador de Internet e o *site* de pesquisa Google, um usuário deseja pesquisar por televisores com tela maior ou igual a 40 polegadas. Uma forma eficiente de realizar a pesquisa é utilizar os comandos de pesquisa avançada do Google, que, nesse caso, é por meio da inserção, na barra de pesquisa, de: televisão

- (A) 40> polegadas
- (B) 40 + polegadas
- (C) >40 polegadas
- (D) 40.. polegadas
- (E) +40 polegadas

40. Ao navegar pela Internet, o usuário deve ter atualmente muito cuidado para não acessar *sites* falsos que têm o objetivo de prejudicá-lo de diversas formas. Uma forma de verificar se um *site* é falso é por meio do URL. Considerando os *sites* brasileiros, dentre os URL a seguir, identifique o que indica que o *site* pode ser falso.

- (A) https://banco.com.br
- (B) http://www.banco.br
- (C) https://www.banco.gq
- (D) (http://banco.br)
- (E) (http://banco.com)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Se o administrador público praticar um ato administrativo anulável, o direito brasileiro estabelece que
- (A) o ato poderá ser convalidado pela própria Administração.
 - (B) o ato deverá ser objeto de conversão pelo Poder Judiciário.
 - (C) a Administração somente poderá invalidar o ato se houver pedido do interessado.
 - (D) a Administração deverá invalidar esse ato de ofício.
 - (E) o ato, se prejudicou terceiros, deve ser invalidado pelo Judiciário a pedido da Administração.
42. A respeito do controle da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) os atos administrativos discricionários sujeitam-se à apreciação do controle judicial, exceto quanto ao mérito, não podendo o juiz, portanto, apreciar os motivos que precedem a elaboração do ato.
 - (B) o controle político pode ser exercido *a priori* ou *a posteriori*, inclusive sob o aspecto da discricionariedade.
 - (C) uma das formas do controle externo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, em função do seu poder jurisdicional, é o julgamento das contas dos administradores.
 - (D) os atos políticos e os atos *interna corporis* dos três Poderes não se sujeitam ao controle externo ou judicial.
 - (E) o Tribunal de Contas, por meio de sua função fiscalizadora, pode aplicar sanções em casos de ilegalidades ou irregularidades de contas, exceto multas, que devem ser aplicadas pelo Judiciário.
43. Assinale a alternativa correta a respeito dos contratos administrativos.
- (A) A lei proíbe, expressamente, a presença de cláusulas contratuais leoninas e exorbitantes.
 - (B) A escolha da garantia contratual, quando houver várias modalidades possíveis, caberá à Administração Pública.
 - (C) Os contratos por prazo indeterminado devem ficar atrelados aos créditos orçamentários do respectivo ente contratante, devendo estes ser renovados anualmente.
 - (D) Todas as cláusulas contratuais são fixadas unilateralmente pela Administração Pública contratante.
 - (E) Em face do princípio constitucional da impessoalidade, é vedada a celebração de contratos de natureza *intuitu personae*.
44. Segundo a Lei nº 10.261/68, se um funcionário público for aposentado por invalidez e, posteriormente, ficar constatado, por meio de inspeção médica, que não mais subsistem as razões que determinaram a sua aposentadoria, tal funcionário
- (A) será readmitido no serviço público, com direito à promoção automática, com todas as vantagens e direitos inerentes ao novo cargo.
 - (B) reingressará no serviço público por meio da reversão *ex-officio*, se não contar com mais de 58 anos de idade.
 - (C) deverá ser readaptado em cargo mais compatível com a sua capacidade, e não se acarretarão diminuição nem aumento de vencimento ou remuneração.
 - (D) será reintegrado ao serviço público no mesmo cargo que ocupava anteriormente, ou no cargo imediatamente superior, se aquele estiver ocupado.
 - (E) retornará ao serviço público, por reversão, como regra, no mesmo cargo.
45. Hércules das Dores deixou de prestar contas quando estava obrigado a fazê-lo, praticando conduta prevista na Lei de Improbidade Administrativa. Nessa hipótese, a Lei nº 8.429/92 estabelece que Hércules
- (A) ficará sujeito à pena de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, se servidor público, e cassação dos seus direitos políticos.
 - (B) estará sujeito, dentre outras, à pena de ressarcimento integral do dano, se houver, e pode ser proibido de contratar com o poder público por 3 anos.
 - (C) ficará, se servidor público, sujeito à pena de perda da função pública, desde que tenha ocorrido prejuízo material aos cofres públicos em razão de sua conduta.
 - (D) não sofrerá penalidade dessa Lei, se não for servidor público, mas poderá sofrer sanções criminais e civis.
 - (E) sofrerá sanções da Lei, sendo servidor público ou não, desde que constatado, no caso, efetivo prejuízo aos cofres públicos.

46. Determinado órgão público pretende adquirir peças estrangeiras necessárias para a manutenção de seus equipamentos técnicos, que estão dentro do período de garantia técnica, mas não tem certeza se a aquisição deve ser feita por meio de licitação. Nessa situação, portanto, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que a compra pretendida
- (A) deve ser feita com o fornecedor original, diretamente, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação.
 - (B) poderia ser feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, se fosse para aquisição de peças similares nacionais.
 - (C) pode ser por dispensa de licitação, se a compra for feita junto ao fornecedor original e se a exclusividade for indispensável para vigência da garantia.
 - (D) deve ser feita por meio de licitação, em virtude de se tratar de aquisição de peças de origem estrangeira.
 - (E) pode ser feita diretamente por inexigibilidade de licitação, em razão de se tratar de peças de origem estrangeira.
47. Nos moldes do disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993, em sua função de julgamento de contas, se o Tribunal de Contas constatar evidências de impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário, deverá julgar as contas
- (A) regulares com ressalva.
 - (B) irregulares, com aplicação de multa.
 - (C) irregulares, com aplicação de advertência.
 - (D) ilíquidáveis.
 - (E) regulares.
48. No tocante ao controle da despesa com pessoal, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, dentre outros, o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada
- (A) a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
 - (B) a contratação de pessoal para preenchimento de cargos de livre nomeação e exoneração a serem lotados no Gabinete do Chefe do Poder Executivo.
 - (C) a contratação emergencial de profissionais e agentes das áreas da saúde e da assistência social.
 - (D) a lotação de cargos destinados a áreas estratégicas, previamente determinadas pela lei de cada ente federativo.
 - (E) a reposição de cargos vagos existentes no Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado.
49. Nos termos do que dispõe a Lei Estadual nº 10.177/1998, que trata do Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Estadual, na hipótese de processo administrativo na esfera da Administração Direta, os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão, previamente, submetidos, para parecer,
- (A) ao titular da Secretaria de Estado onde tramita o respectivo processo.
 - (B) ao Chefe de Gabinete do Governador.
 - (C) à Corregedoria-Geral da Administração.
 - (D) à Secretaria de Governo.
 - (E) à Procuradoria-Geral do Estado.
50. Considerando o contido nas Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa que contempla uma exigência legalmente permitida em procedimento licitatório, conforme o entendimento do Tribunal.
- (A) Fixação de data única para realização de visita técnica.
 - (B) Comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.
 - (C) Comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.
 - (D) Capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.
 - (E) Apresentação de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Considere uma situação hipotética em que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo decida promover concurso público, em nível estadual, para o provimento de vagas ao cargo de Diretor de Escola do Quadro de Magistério fixando, como um dos requisitos de ingresso, que os candidatos não podem ter idade superior a 35 anos. Nesse caso, em observância ao disposto na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que a fixação de idade máxima no edital se afigurará
- (A) constitucional, ainda que não exista lei respaldando a limitação, pois é permitido à Administração Pública, de acordo com os interesses públicos, estabelecer idade mínima e máxima para os concursos.
 - (B) inconstitucional, pois é vedada a estipulação de idade para ingresso por concurso público, salvo se imposta com observação ao limite constitucional de aposentadoria compulsória.
 - (C) constitucional, ainda que não exista lei respaldando a limitação, uma vez que a fixação da idade limite de 35 anos se justifica em função da natureza das atribuições do cargo, sendo considerada razoável.
 - (D) inconstitucional, já que apenas se permite a imposição de limite máximo de idade para aqueles que tenham atingido 60 anos de idade.
 - (E) inconstitucional, uma vez que o limite máximo de idade para ingresso por concurso público é de 55 anos.

- 52.** O Tribunal de Contas da União é órgão que auxilia o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta. Segundo a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União
- (A) poderá aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, dentre outras cominações, multa que variará de 100 a 300 salários-mínimos.
 - (B) deverá encaminhar ao Congresso Nacional, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
 - (C) é composto por Ministros que devem possuir mais de 30 e menos de 65 anos de idade.
 - (D) tem competência para apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (E) é integrado por 9 Ministros e tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- 53.** É correto afirmar, sobre a garantia constitucional de *habeas data*:
- (A) o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de 24 horas.
 - (B) contra atos de Ministro de Estado, a competência originária para julgamento será do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o pedido de *habeas data* poderá ser renovado somente se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
 - (D) no caso de sentença concessiva de *habeas data*, o recurso cabível será o de apelação, que terá os efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (E) os processos de *habeas data* terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive mandado de segurança.
- 54.** Caso o Estado X decida intervir no Município Y, segundo os ditames da Constituição Federal, é correto afirmar que a intervenção poderá ocorrer se
- (A) o município Y não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do esporte e cultura.
 - (B) o município Y não tiver aplicado receita mínima na consecução e desenvolvimento de políticas urbanas e agrárias.
 - (C) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - (D) o município Y deixar de pagar, sem motivo de força maior, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada.
 - (E) for necessário que o Estado X ponha fim a grave comprometimento da ordem pública.
- 55.** Sob a ótica da proteção e da disciplina atual da Constituição Federal a respeito do direito à educação, assinale a alternativa correta.
- (A) O ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.
 - (B) Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.
 - (C) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, de forma independente, seus sistemas de ensino.
 - (E) Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino médio e fundamental.
- 56.** Ao dispor sobre a Organização Político-Administrativa do Estado, a Constituição Federal reservou determinadas competências materiais e legislativas à União, aos Estados Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios. A respeito das competências, é correto afirmar:
- (A) os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
 - (B) em se tratando de competência legislativa concorrente, a União poderá estabelecer normas gerais e específicas.
 - (C) é competência privativa dos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
 - (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
 - (E) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre serviço postal.

57. Suponha que o Supremo Tribunal Federal, de ofício, mediante a decisão de 2/3 de seus membros, após o julgamento de um caso de grande repercussão, tenha aprovado súmula vinculante. Nessa hipótese, é correto afirmar que a edição da Súmula Vinculante
- (A) respeitou todos os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal para a sua edição, devendo, portanto, ser observada, obrigatoriamente, desde a sua publicação na imprensa oficial pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta.
 - (B) desrespeitou a Constituição Federal, pois a edição da Súmula Vinculante exige reiteradas decisões sobre a matéria constitucional aventada, o que não foi cumprido ao se decidir em apenas 1 caso.
 - (C) desrespeitou a Constituição Federal, uma vez que o quórum exigido pela Constituição é de aprovação unânime por todos os membros do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) respeitou os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal, contudo somente será dotada de efeito vinculante para o Poder Judiciário, e não para a Administração Pública, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.
 - (E) desrespeitou a Constituição Federal, pois o Supremo Tribunal Federal não poderia agir de ofício, mas apenas por provocação.
58. Assinale a alternativa correta com relação à ação direta de inconstitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro.
- (A) É possível deferir medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, desde que pela decisão de 2/3 dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.
 - (B) Qualquer partido político, independentemente de possuir representação no Congresso Nacional, possui legitimidade ativa para propositura de ação direta, em função do ofício exercido no resguardo da ordem democrática.
 - (C) Após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, somente se admite a sua desistência até o despacho inicial do Relator.
 - (D) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta por entidade de classe de âmbito municipal, desde que demonstrada a repercussão nacional da matéria.
 - (E) A decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta não pode ser objeto de ação rescisória.
59. Ao tratar sobre os servidores públicos civis, a Constituição do Estado de São Paulo apregoa que
- (A) é vedada, para qualquer caso, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a servidores públicos efetivos.
 - (B) os requisitos de tempo e idade de contribuição previstos regularmente para aposentadoria voluntária serão reduzidos em 10 anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
 - (C) fica assegurado ao servidor público efetivo, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de se afastar das funções, durante o tempo de duração do mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, na forma da lei.
 - (D) o servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará 1/3 dessa diferença, por ano, até o limite de 2/3.
 - (E) os servidores públicos efetivos serão aposentados por invalidez compulsória aos setenta anos de idade, com provimentos integrais.
60. Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança.
- (A) É possível a renovação do pedido no mandado de segurança, desde que dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória tenha apreciado o mérito, pois presume-se a ilegalidade do ato.
 - (B) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
 - (C) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
 - (D) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.
 - (E) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

61. Um Tribunal de Contas (TC) de um estado da região Nordeste do Brasil realizou um concurso público em 2015 para preencher 36 vagas do cargo de analista de controle. Considerando as limitações de um certame baseado em provas objetivas para aferir a vocação e habilidades profissionais dos candidatos, o responsável pela área de recursos humanos do TC propôs a aplicação de instrumentos de gestão de pessoas entre a posse e o exercício dos aprovados, objetivando uma alocação estratégica dos novos funcionários da organização.

Assinale a alternativa que descreve uma prática condizente com esse objetivo.

- (A) Efetuar um mapeamento de competências dos novos funcionários com o uso de técnicas adequadas que permitam caracterizar os conhecimentos, habilidades e atitudes/valores de cada um deles.
- (B) Realizar uma capacitação na Escola de Contas sobre ética no serviço público para toda a nova turma de funcionários antes dos demais treinamentos operacionais, uma vez que muitos concurrenseiros não têm um *ethos* para o serviço público.
- (C) Identificar os estilos de liderança dos novos funcionários a fim de agrupá-los em equipes de trabalho no TC que favoreçam bons resultados no período de estágio probatório.
- (D) Reorientar a gestão de conhecimento no TC com base no perfil dos 36 novos profissionais, considerando o natural choque geracional entre novos e antigos funcionários.
- (E) Conduzir uma pesquisa de clima organizacional com os 36 novos funcionários no primeiro mês de exercício profissional, aplicando técnicas de *coaching* para aqueles que apresentarem baixos níveis de motivação nessa fase inicial de ingresso.

62. No site do TCE-SP, lê-se:

IEGM/TCE-SP: Índice de efetividade da gestão municipal

O IEGM/TCE-SP é o índice de desempenho da Corte de Contas paulista, composto por 7 (sete) índices setoriais, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que, com foco na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais, busca avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores. A combinação das análises destes sete índices temáticos busca averiguar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória.

(<http://iegm.tce.sp.gov.br/help.html>)

No IEGM/TCE-SP, um dos sete índices setoriais refere-se ao quesito fiscal, denominado i-Fiscal. Esse índice setorial mede o resultado da gestão fiscal dos municípios paulistas por meio da análise: da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e da obediência aos limites estabelecidos pela LRF. Considerando esses itens do i-Fiscal como critérios para a mensuração do desempenho governamental, é correto afirmar que o i-Fiscal avalia

- (A) a qualidade percebida das políticas públicas de gestão fiscal no município.
- (B) a legalidade e a eficiência de processos orçamentários do município.
- (C) o efeito da norma jurídica e o impacto fiscal dos projetos e das atividades municipais.
- (D) a efetividade das finanças públicas municipais.
- (E) a eficácia de programas governamentais da área-meio financeiro-orçamentária.

63. Leia o trecho para responder à questão.

*Fiscalização aponta que municípios descumprem
Lei de Resíduos Sólidos*

“As prefeituras do Estado de São Paulo descumprem amplamente a legislação que regula o tratamento de resíduos sólidos, mantendo lixões a céu aberto e ignorando normas específicas para gestão dos rejeitos dos setores da construção civil, da saúde e agropecuária. O diagnóstico é da quarta fiscalização ordenada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 2016, que verificou a situação de 163 municípios em setembro. A fiscalização observou 43 itens relacionados à Lei nº 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e demais regras do setor. Os dados gerais apontam que somente 51,54% dos municípios avaliados já implantaram um plano de gestão integrada dos resíduos sólidos e que 19,63% nem sequer iniciaram sua elaboração. (...)”.

(<https://www4.tce.sp.gov.br/6524-fiscalizacao-aponta-municipios-descumprem-lei-residuos-solidos>. Adaptado)

Considerando o desenvolvimento institucional da gestão pública municipal no Brasil, pode-se afirmar que a ausência de implantação (e de elaboração) do plano supramencionado tem relação, sobretudo, com

- (A) a falta de motivação dos agentes políticos e a inexistência de um pluralismo institucional nos municípios voltado para o planejamento e a gestão pública.
- (B) o imobilismo político de prefeitos e a insuficiência de qualificação técnica dos vereadores que restringem a mudança organizacional na gestão pública local, independentemente do tamanho dos municípios.
- (C) as falhas de controle externo do Poder Executivo municipal pela Câmara de Vereadores e o desperdício ativo de recursos públicos ocasionado por descontinuidades administrativas.
- (D) as lacunas na cultura organizacional da administração pública municipal e o desconhecimento de instrumentos gerenciais de gestão por processos nas prefeituras.
- (E) a insuficiência de capacidade estatal administrativa, técnica e financeira das prefeituras, sobretudo nos municípios de pequeno porte.

64. Em artigo de opinião publicado no Jornal *Folha de São Paulo*, em 9 de março de 2016, intitulado “Muito além dos Jardins do TCE”, o presidente – na ocasião – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), conselheiro Dimas Ramalho, afirma:

“Equivoca-se quem considera nosso trabalho um mero imperativo burocrático de controle de orçamentos e licitações. Os serviços que prestamos representam uma análise precisa das políticas públicas, o que nos dá a honrosa missão de zelar pelos direitos mais fundamentais. Só avançaremos nesse sentido, porém, se formos além de critérios formais. (...) A evolução técnica que impulsionamos também precisa vir acompanhada do reconhecimento do TCE-SP como instituição acessível. Cabe a nós trabalhar para que o cidadão se sinta legitimado a ser o fiscal em última instância. Com esse propósito, o tribunal ampliará os canais da ouvidoria, simplificará a linguagem em suas ações de comunicação e continuará transmitindo suas sessões pela internet.”

Essa passagem desvela duas tendências da Nova Gestão Pública para a função de controle exercida pelos Tribunais de Contas (TCs) no Brasil, quais sejam:

- (A) o crescimento da avaliação dos resultados das ações governamentais e a implantação de instituições participativas informais de controle externo extrainstitucional.
- (B) a adoção da auditoria de gestão que analisa a conformidade dos atos da administração com a legislação e a complementação entre o controle interno e o externo.
- (C) a emissão de pareceres extraformais sobre a adequação e regularidade da gestão pública e a transparência passiva e inteligibilidade para a população da fiscalização realizada pelos TCs.
- (D) a institucionalização da auditoria operacional na fiscalização da gestão pública e o acercamento entre o controle externo dos TCs e o controle social levado a cabo pela sociedade civil.
- (E) a mensuração do desempenho das políticas públicas e a responsabilização da sociedade civil pela desburocratização e melhoria dos processos de controle externo na gestão pública.

65. Leia o seguinte texto para responder à questão.

Escolas públicas de São Paulo usam teorias de Nobel para reduzir evasão

Lembretes curtos via SMS para os pais sobre a importância da frequência escolar. Essa medida simples e de baixo custo melhorou as notas e reduziu a repetência de crianças do 9º ano do ensino fundamental, na rede estadual de São Paulo.

Os alunos cujos responsáveis receberam mensagens tiveram um avanço nas notas de português e de matemática em uma prova oficial (Saresp) equivalente a meio ano letivo de aprendizagem. A taxa de reprovação entre esses estudantes caiu: 3%. A potencial economia de recursos com a queda da repetência é de R\$ 12,4 para cada real investido.

O experimento, feito por um semestre em 2016, com a adoção do programa EduqMais no Estado, é um exemplo da potencial eficácia do que Richard Thaler, laureado com o Nobel de Economia, batizou de *nudge*, uma espécie de “empurrão” da política pública nos indivíduos na direção de ações benéficas para eles próprios e para a sociedade”.

(Érica Fraga e Ana Estela de Sousa Pinto. *Folha de S.Paulo*, 15.10.2017. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as fases da política pública mencionadas no texto.

- (A) A fase de elaboração teve como base um fundamento científico do campo econômico reconhecido com o Prêmio Nobel, e a fase de resultados apresentou os benefícios sociais mensuráveis junto ao público-alvo, no caso, os estudantes.
- (B) Trata-se da fase de formulação a partir de uma teoria reconhecida com o Prêmio Nobel, a qual foi implementada com os lembretes de SMS, avaliada e monitorada em relação aos custos, redução dos índices de reprovação e aumento das notas.
- (C) A fase de definição de agenda de política pública contou com um embasamento científico do Prêmio Nobel Richard Thaler, e a fase de implementação e resultados trouxe indicadores objetivos e mensuráveis.
- (D) O texto ilustrou três fases da política pública: a agenda, quando a Secretaria de Educação de São Paulo escolheu o uso do *nudge*; a proposição, ao implementar os SMS para os pais, e, finalmente, avaliação de impacto, no caso, a taxa de reprovação.
- (E) Apresentaram-se três fases da política pública: a formação da agenda a partir do experimento *nudge*; a implementação com os lembretes de SMS e, finalmente, a mensuração sobre os impactos dessa política pública.

66. O Estado de São Paulo caracteriza-se pela ampla diversidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Um executivo público, atualizado sobre a literatura de política pública e que busque otimizar os recursos destinados às políticas públicas, aos programas e aos projetos de desenvolvimento econômico e ambiental, em nível local, deve

- (A) fomentar o empreendedorismo de base tecnológica e com alto potencial de escala econômica e ambiental, atendendo as demandas dos cidadãos em termos de empregabilidade, renda, produtos e serviços.
- (B) gerar inovações incrementais e radicais que tenham como foco soluções tecnológicas de última geração com capacidade para expansão em larga escala local, regional e nacional.
- (C) estimular a formação de consórcios intermunicipais e a articulação dos recursos públicos nos três níveis de governo, assim como parcerias entre governo, sociedade civil e empresas, valorizando as vocações e capacidades locais.
- (D) utilizar recursos compartilhados, públicos e privados, assim como buscar empreendedores disruptivos e de base tecnológica, de tal forma a se conseguirem programas e projetos criativos de desenvolvimento econômico e ambiental.
- (E) otimizar os recursos públicos e buscar recursos privados e da sociedade civil para inovar radicalmente os programas e projetos governamentais de desenvolvimento econômico e ambiental.

67. As organizações sociais, criadas em meio à Reforma da Gestão Pública ou Reforma Gerencial do Estado, na década de 1990, foram qualificadas como tal a partir de quais critérios e diretrizes?

- (A) Foco na eficiência, eficácia e efetividade e, além disso, na transparência dos dados e informações das atividades realizadas para a população em geral.
- (B) Ênfase na produtividade a partir de critérios quantitativos previamente acordados entre o poder público, os gestores da organização social e membros da sociedade civil.
- (C) Foco no cidadão contribuinte, assim como nos resultados qualitativos, em prazos definidos no contrato de gestão entre o poder público e a organização social.
- (D) Ênfase no atendimento do cidadão usuário, assim como nos resultados qualitativos e quantitativos e, finalmente, controle social de forma transparente.
- (E) Foco nos resultados, para a população assistida, das atividades previstas no contrato de gestão, em prazos pactuados entre o poder público, a organização social e líderes da sociedade civil.

68. Conforme a Lei nº 9.790/1999, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – deve ser uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos. Além disso, no Estatuto da organização, deverão constar normas expressas que disponham sobre

- (A) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.
- (B) a adoção de planejamento estratégico de gestão, na qual se estabelecem indicadores de desempenho, assim como a indicação de uma empresa de auditoria independente.
- (C) a transferência, no caso de dissolução da entidade, do respectivo patrimônio líquido para organização privada cujo objeto seja congênere ao da OSCIP.
- (D) a proibição da remuneração para os dirigentes da entidade que atuem na gestão executiva, exceção para aqueles que a ela prestam serviços específicos.
- (E) o estabelecimento dos Conselhos Fiscal, Administrativo e de Ética de Gestão, de tal forma a conferir austeridade, assim como transparência nos resultados.

NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

69. No que concerne ao esquema de classificação da receita pública, a amortização de empréstimos corresponde à

- (A) transferência corrente.
- (B) receita de capital.
- (C) receita patrimonial.
- (D) operação de crédito.
- (E) receita de contribuições.

70. Acerca das despesas públicas, as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, são classificadas como

- (A) investimentos.
- (B) contribuições.
- (C) subvenções sociais.
- (D) subvenções econômicas.
- (E) inversões financeiras.

71. A fase da execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido do credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, denomina-se

- (A) liquidação.
- (B) licitação.
- (C) habilitação.
- (D) empenho.
- (E) pagamento.

NOÇÕES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

72. A Lei da Responsabilidade Fiscal determina, em seu artigo 8º, que o cronograma de execução do desembolso seja estabelecido em até

- (A) 90 dias da publicação do orçamento, e sua periodicidade fica a critério da autoridade ordenadora da despesa.
- (B) 30 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.
- (C) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.
- (D) 30 dias da publicação do orçamento e na periodicidade mensal.
- (E) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade mensal.

73. Sobre a retenção da contribuição previdenciária que a Administração Pública deve efetuar das pessoas jurídicas que contrata, de acordo com o disposto nos artigos 117 e 118 da Instrução Normativa nº 971/2009 e alterações posteriores, é correto afirmar que a referida retenção

- (A) é cobrada aplicando-se a alíquota de 10% sobre o valor a ser pago à empresa contratada.
- (B) não admite qualquer dedução de sua base de cálculo.
- (C) pode ser compensada com contribuições previdenciárias devidas pela empresa contratada.
- (D) aplica-se somente quando houver fornecimento de bens juntamente com a prestação de serviços.
- (E) deve ser recolhida pela Administração Pública no próprio mês em que for efetuada.

74. Os restos a pagar

- (A) não constituem necessariamente obrigações a pagar do ente público, a menos que já estejam liquidados.
- (B) a serem pagos no exercício seguinte devem constar do orçamento relativo a esse exercício, constituindo, pois, despesas orçamentárias.
- (C) processados são despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas durante o exercício corrente.
- (D) podem ser inscritos nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, sem qualquer restrição.
- (E) têm sua origem no fato de que as despesas públicas são registradas pelo regime de caixa, conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964.

75. A respeito das despesas de exercícios anteriores, é correto afirmar que

- (A) são restos a pagar de despesas empenhadas em exercícios anteriores que sejam pagas no exercício corrente.
- (B) podem decorrer de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro, criados em virtude de lei.
- (C) são despesas antecipadas, ou seja, são despesas que são pagas antes do final da vigência do contrato entre o parceiro privado e o ente público.
- (D) decorrem do fato de que se pode alterar o orçamento de um exercício após o seu encerramento.
- (E) não são despesas orçamentárias do exercício presente, por terem sido reconhecidas como despesas em exercícios anteriores.

76. Os suprimentos de fundos

- (A) podem ser outorgados a servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.
- (B) não estão sujeitos à prestação de contas do agente que os receber, por se tratar normalmente de despesas de pequeno vulto.
- (C) podem ser utilizados para aquisição de material permanente.
- (D) não podem ser outorgados a servidor que seja responsável pela guarda ou utilização do material adquirido, salvo se não houver outro servidor na repartição.
- (E) podem ser concedidos sem emissão de empenho específico.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

77. É classificada como uma receita de capital aquela que decorre

- (A) de dividendos pagos por empresas nas quais o ente da federação tiver a maioria do capital social votante.
- (B) da multa e de juros de mora cobrados sobre a Dívida Ativa do ente público.
- (C) de cauções recebidas como garantia do cumprimento de contratos celebrados com o ente público.
- (D) das contribuições de melhoria cobradas pelo ente público.
- (E) da alienação de imóveis de propriedade do ente público.

78. Em relação aos créditos orçamentários adicionais, é correto afirmar que

- (A) o crédito especial destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente e está condicionado à existência de excesso de arrecadação para financiá-lo.
- (B) o crédito suplementar destina-se a financiar despesas para as quais não haja previsão de recursos na dotação orçamentária específica e independe de prévia existência de recursos para suportá-lo.
- (C) é admitida a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes para financiá-lo.
- (D) os créditos especiais e extraordinários terão vigência unicamente no exercício financeiro em que se der a sua autorização, salvo se esta ocorrer nos últimos quatro meses desse exercício.
- (E) uma das fontes de seu financiamento é o superávit financeiro, que consiste na diferença positiva entre o ativo permanente e o passivo permanente do balanço patrimonial do ente público no exercício anterior.

79. As seguintes contas foram extraídas do Balanço Financeiro de um ente público encerrado em 31-12-20x1, em R\$:

• Receitas Orçamentárias	12.250.000,00
• Transferências Financeiras Concedidas	1.750.000,00
• Pagamentos de Restos a Pagar Processados	620.000,00
• Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	350.000,00
• Despesas Orçamentárias	13.480.000,00
• Transferências Financeiras Recebidas	2.630.000,00
• Inscrição de Restos a Pagar Processados	670.000,00
• Inscrição de Restos a Pagar não Processados	230.000,00

Sabendo-se que o saldo do balanço financeiro no exercício anterior foi de R\$ 860.000,00 e que os únicos recebimentos e pagamentos extraorçamentários referem-se à inscrição e aos pagamentos de restos a pagar, o saldo do balanço financeiro do exercício será, em R\$:

- (A) 510.000,00.
- (B) 320.000,00.
- (C) 440.000,00.
- (D) 370.000,00.
- (E) 490.000,00.

80. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (B) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (C) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- (D) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.
- (E) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.

